

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores acionistas: Atendendo às disposições sociais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. I. **Desempenho operacional:** As atividades operacionais da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira") têm por objetivo o financiamento das operações de crédito pessoal e CDC, além de contrato de parceria para emissão do cartão de crédito Lojas Quero-Quero/Verdecard, administrado pela bandeira Verdecard, cartão de crédito Rede Vivo, emitido e administrado pela bandeira Sigacred, cartão de crédito Breithaupt, emitido e administrado pela bandeira Via Certa, através da aplicação de recursos próprios e coletados de terceiros e partes relacionadas. Em 24 de outubro de 2017, foi prorrogado o contrato de parceria entre a Financeira com as Lojas Quero-Quero S/A e Verde Administradora de Cartões de Crédito S.A. com condições de Não Exclusividade, vigência até 5 de outubro de 2020 e possibilidades de renovação ao final deste. Depois de concluir a estruturação de suas operações em 2011, a Financeira passou a operar a partir de março de 2012 no mercado de crédito pessoal e CDC através de novas parceiras fora do Grupo Quero-Quero. II. **Títulos e Valores Mobiliários:** Em atenção ao disposto no art. 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, a Via Certa Financiadora S.A. possuia títulos e valores mobiliários classificados como títulos mantidos "para negociação" em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente, a Financeira não operou com instrumentos financeiros derivativos ao longo do exercício. III. **Gestão de risco operacional:** Em atendimento à Resolução nº 3.380/06 do Banco Central do Brasil, a Financeira estabeleceu uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais responsável pela identificação, pela avaliação, pelo monitoramento, pelo controle e pela mitigação dos riscos da instituição. Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada à sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede da Financeira. IV. **Risco de mercado:** Em consonância com o que prevê a Resolução nº 3.464/07 do CMN, a Financeira implementou uma estrutura para gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado. V. **Risco socioambiental:** Em atendimento à Resolução nº 4.327/14 do CMN, a Financeira implementou a Política de Risco Socioambiental (PRSA) em 1º de junho de 2014. VI. **Gerenciamento de capital:** A estrutura para gerenciamento de capital da Financeira está definida com base na Resolução CMN nº 3.988/2011 e prevê procedimentos para apuração de Patrimônio de Referência Exigido, Patrimônio de Referência, Índice de Basileia, limites mínimos, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação de capital. VII. **Ouvidoria:** Esse componente organizacional está implementado desde 30 de setembro de 2007, e estamos buscando contínuas melhorias para atendimento integral às determinações da Resolução nº 3.849/10 do Bacen. Atualmente, mantemos registradas todas as solicitações efetuadas ao canal de comunicação do 0800 da Ouvidoria. Também deixamos o cliente sempre informado sobre a existência do canal de atendimento e damos o pronto atendimento com a resolução das solicitações dentro dos prazos previstos. Além disso, mantemos atualizados os documentos sociais com as menções sobre as estruturas da Ouvidoria e as atribuições do Diretor de Ouvidoria. **A Administração.** **Wilmar Hammerschmitt, Presidente; Moacir Carlos Engelmman, Diretor de Operações; Fábio Von Groll, Diretor administrativo-financeiro; Ademir Rogério Diel, Diretor de negócios; Adelar José Diel, Contador CRC/RS 062617.**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (milhares de R\$)										
Ativo	Nota	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2017	2016	2017	2016	2016
Circulante		194.567	166.424	Circulante		58.016	57.581			
Disponibilidades	4	589	376	Depósitos a prazo		151	-			
Títulos e valores mobiliários		17.212	33.047	Depósitos a prazo	7	151	-			
Carteira própria	4	17.212	33.047	Recursos de aceites e emissão de títulos		48.136	47.136			
Operações de crédito		167.866	125.744	Recursos de aceites cambiais	8	48.136	47.136			
Setor privado	5(a)	177.807	134.193	Outras obrigações		9.729	10.445			
				Cobrança e arrecadação de tributos e						
Provisão p/operações de créd. liquidação duvidosa	5(b)	(9.941)	(8.449)	assemelhados		124	130			
Outros créditos		8.900	7.257	Sociais e estatutárias		-	2.673			
Outros créditos diversos	6	8.900	7.257	Fiscais e previdenciárias		1.899	1.261			
Realizável a longo prazo		18.313	13.224	Outras obrigações - diversas	9	7.706	6.381			
Operações de crédito		17.853	12.604	Exigível a longo prazo		123.487	88.019			
Setor privado	5(a)	39.945	33.011	Depósitos a prazo		998	-			
Provisão p/operações de créd. liquidação duvidosa	5(b)	(22.092)	(20.407)	Depósitos a prazo	7	998	-			
Outros créditos		460	620	Recursos de aceites e emissão de títulos		121.264	88.019			
Outros créditos diversos	6	460	620	Recursos de aceites cambiais	8	121.264	88.019			
Permanente		6.002	917	Outras obrigações		1.225	-			
Imobilizado de uso		6.002	878	Outras obrigações - diversas	9	1.225	-			
Imobilizado de uso		6.944	1.437							
Depreciações acumuladas		(942)	(559)	Patrimônio líquido	10	37.379	34.965			
Intangível		-	39	Capital						
Intangível		1.170	1.170	De domiciliados no país		33.288	33.288			
Amortizações acumuladas		(1.170)	(1.131)	Reservas de lucros		4.091	1.677			
Total do ativo		218.882	180.565	Total do passivo e patrimônio líquido		218.882	180.565			

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - 2017 E 2016 (milhares de R\$)

	2017	2017	2016		2017	2017	2016
	2º sem.	Exercício	Exercício		2º sem.	Exercício	Exercício
Receita intermediação financeira	78.607	142.259	118.628	Fluxos caixa ativ. operacionais			
Operações de crédito	12	77.816	139.379	Lucro líq. após IR/ contr. social	4.192	8.023	8.167
Result. operaç. c/tit. e val. mobiliários		791	2.880	Ajustes por:			
Despesas intermediação financeira	(25.804)	(50.311)	(51.123)	Constit. provisão p/ operações de			
Operações de captação no mercado		(7.357)	(16.587)	crédito de liquidação duvidosa	18.436	33.713	31.674
Despesa cambial		(11)	(11)	Depreciações e amortizações	318	473	402
Provisão p/ créd. liquid. duvidosa	5d	(18.436)	(33.713)	Despesa IR/contribuição social	3.299	6.373	4.665
Resultado bruto intermed. financeira	52.803	91.948	67.505	Varições nos ativos e passivos	22.053	40.559	36.741
Outras receitas/(despesas) operac.	(45.312)	(77.552)	(54.673)	(Aumento) em operações de crédito	(56.552)	(81.084)	(50.235)
Receitas de prestação de serviços	13	5.209	9.166	(Aumento)/redução outros créditos	(325)	(711)	(406)
Despesas de pessoal		(2.984)	(5.834)	Aumento em depósitos a prazo	1.093	1.149	-
Outras despesas administrativas	14	(43.625)	(74.076)	Aumento em recursos de aceites			
Despesas tributárias	15	(3.525)	(6.174)	cambiais e emissão de títulos	18.927	34.245	2.439
Outras receitas operacionais		52	72	Aum./(red.) em outras obrigações	(34.283)	(43.907)	(46.170)
Outras despesas operacionais		(439)	(706)	IR/contribuição social pagos	(3.600)	(6.456)	(5.762)
Resultado antes da tribut. s/o lucro	7.491	14.396	12.832	Caixa líquido proveniente das/			
IR/contribuição social	(3.299)	(6.373)	(4.665)	(utilizado nas) ativ. operacionais	(11.638)	(1.781)	(7.024)
Provisão para imposto de renda		(2.110)	(3.895)	Fluxo caixa das ativ. investimentos			
Provisão para contribuição social		(1.770)	(3.250)	Aquisição de imobilizado	(5.484)	(5.558)	(556)
Ativo fiscal diferido		581	772	Caixa líquido proveniente das			
Lucro líquido semestre/exercício	4.192	8.023	8.167	atividades de investimento	(5.484)	(5.558)	(556)
Juros sobre o capital próprio		-	(2.272)	Fluxo caixa ativ. financiamentos			
Quantidade de ações do capital		-	-	Integralização de capital	-	-	10.000
social por lote de mil ações	100.000	100.000	100.000	Dividendos/juros s/capital próprio pgs	(3.858)	(8.283)	(7.303)
Lucro líquido lote de mil ações - R\$	42	80	82	Caixa líquido utilizado nas			
				atividades de financiamentos	(3.858)	(8.283)	2.697
				Variação líquida de caixa e			
				equivalentes de caixa	(20.980)	(15.622)	(4.883)
				Caixa e equivalentes de caixa			
				No início do período	38.781	33.423	38.306
				No fim do período	17.801	17.801	33.423
				(Redução) / aumento de caixa e			
				equivalentes de caixa	(20.980)	(15.622)	(4.883)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 2º SEMESTRE DE 2017 E EXERCÍCIOS DE 2017 E 2016 (milhares de R\$)

	Capital social	Legal	Estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	23.288	1.383	2.291	-	26.962
Aumento de capital conforme AGO de 5 de janeiro de 2016	10.000	-	-	-	10.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.167	8.167
Destinação dos lucros:					
Reserva legal	-	294	-	(294)	-
Dividendo distribuídos	-	-	(2.291)	(5.601)	(7.892)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	(2.272)	(2.272)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	33.288	1.677	-	-	34.965
Mutações do exercício	10.000	294	(2.291)	-	8.003
Saldos em 31 de dezembro de 2016	33.288	1.677	-	-	34.965

Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.023	8.023
Destinação dos lucros:					
Reserva legal	-	401	-	(401)	-
Reserva estatutária	-	-	3.901	(3.901)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(1.888)	(3.721)	(5.609)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	33.288	2.078	2.013	-	37.379
Mutações do exercício	-	401	2.013	-	2.414
Saldos em 30 de junho de 2017	33.288	1.869	1.888	-	37.045
Lucro líquido do semestre	-	-	-	4.192	4.192
Destinação dos lucros:					
Reserva legal	-	209	-	(209)	-
Reserva estatutária	-	-	2.013	(2.013)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(1.888)	(1.970)	(3.858)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	33.288	2.078	2.013	-	37.379
Mutações do semestre	-	209	125	-	334

NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2017 E 2016 (milhares de R\$)

1. Contexto operacional: A Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Finaceira") foi constituída em 20 de agosto de 2001, com a denominação social de Quero-Quero Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, e está autorizada a operar com financiamento de operações de compra a prazo, de operações de crédito pessoal e antecipação de recebíveis, através da aplicação de recursos próprios, captados de terceiros e partes relacionadas. Sua constituição, formalizada em Ata de Assembleia Geral de Constituição, recebeu autorização para funcionamento através do despacho de 5 de julho de 2002 do Banco Central do Brasil, publicado no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2002, retificado no dia 15 de julho de 2002, tendo iniciado as atividades operacionais em novembro de 2002. As atividades operacionais da Finaceira tem por objetivo principal o financiamento das operações de compra a prazo, operações de crédito pessoal e oferta de crédito rotativo aos clientes portadores do cartão de crédito da Via Certa Financiadora S.A. - CFI, através da aplicação de recursos próprios e captados de terceiros. Visando a ampliar seu mercado de atuação anteriormente restrito ao Grupo Quero-Quero, com o qual possui contrato de parceria com vigência até 5 de outubro de 2020 com as Lojas Quero-Quero S.A. e a Verde - Administradora de Cartões de Crédito S.A. com condições de não exclusividade, a Finaceira concluiu a substituição de todo o parque de tecnologia da informação e contratou consultorias especializadas em mitigação de riscos, tecnologia da informação e contabilização e passou a operar no mercado de crédito pessoal e CDC através de novas parcerias, as quais representam, aproximadamente, 48,5% (33,0% em 2016) das operações de crédito da Finaceira em 31 de dezembro de 2017. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de acordo com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Finaceira efetua a revisão das estimativas e das premissas pelo menos trimestralmente. Em 27 de março de 2018, a Diretoria executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las, a partir dessa data. **3. Descrição das principais práticas contábeis:** a) **Moeda funcional:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Finaceira. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b) **Disponibilidades:** Disponibilidades são representadas por contas-correntes. c) **Apuração de resultados:** As receitas e as despesas são escrituradas pelo regime de competência. d) **Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 do Bacen, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) **Títulos para negociação:** Adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. (ii) **Títulos disponíveis para a venda:** Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. (iii) **Títulos mantidos até o vencimento:** Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. e) **Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e os valores individuais envolvidos, e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi definida para cobrir eventuais perdas e leva em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 do CMN. As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no *rating* "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registrados posteriormente. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. f) **Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e dos encargos decorridos. g) **Permanente:** O imobilizado de uso é registrado pelo valor de custo. As depreciações são classificadas pelo método linear utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e aeronave e 20% para sistema e equipamentos de processamento de dados e veículos. O ativo intangível está representado por gastos com implementação de *software*. A amortização para os projetos concluídos é calculada pelo método linear, pelo prazo de cinco anos até sua total amortização. Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável (*impairment*) em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou as circunstâncias indicarem possibilidade de redução do valor de recuperação destes. h) **Passivos circulantes e exigíveis em longo prazo:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

i) **Tributos:** Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	20%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	2%

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As alíquotas aplicáveis são de 20% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. A alíquota da contribuição social foi majorada de 15% para 20%, aplicável a partir de 1º de setembro de 2015, conforme Lei nº 13.169, em 6 de outubro de 2015. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do período-base. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnico e as análises realizadas pela Administração. j) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009: Ativos contingentes: São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. Passivos contingentes: São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A Finaceira reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem, basicamente: De processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis. A avaliação da probabilidade de perda das contingências cíveis é classificada como remota, possível ou provável com base no julgamento dos assessores jurídicos, sobre o fundamento jurídico da causa e a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da instituição. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas a atualizações mensais; São constituídas provisões para os casos classificados como perda provável em que o "valor do risco de perda" possa ser determinado ou estimado. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. k) **Estimativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras da Finaceira incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Finaceira revisa as estimativas e as premissas pelo menos semestralmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2017	2016
Disponibilidades (a)	589	376
Títulos e valores mobiliários (b)	17.212	33.047
Total	17.801	33.423

(a) Disponibilidades são representadas por depósitos bancários. (b) Em 31 de dezembro de 2017, a Finaceira possuía somente cotas de fundo de investimento referenciado Depósitos Interfinanceiros (DI), classificadas como "mantidos para negociação" sem vencimento, administradas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul, pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A. e registradas pelos seus valores de mercado, no montante de R\$ 17.212 (R\$ 33.047 em 2016). O valor das cotas dos fundos é disponibilizado pelos respectivos administradores, que levam em consideração informações de mercado ou modelos de precificação. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não havia posições em aberto envolvendo instrumentos financeiros e derivativos. **5. Operações de crédito:** As operações de crédito são compostas de empréstimos e financiamentos concedidos a pessoas físicas e jurídicas, decorrentes de operações de aquisições de mercadorias através de Cartão Verdecard, Cartão Sigacred, Cartão Breithaupt, crédito pessoal, CDC e antecipação de recebíveis. A rubrica de "outros créditos" refere-se a títulos com característica de concessão de crédito e operações recebidas em transferência da Verde Administradora de Cartões S.A., das Lojas Quero-Quero S.A. e da Sigacred Administradora Ltda. ainda não faturados e/ou não vencidos. Essas operações estão classificadas de acordo com o previsto na Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 do CMN, em função das características de garantia e dos valores individuais envolvidos.

a) Composição das operações de crédito:

	2017	2016
Setor privado		
Empréstimos e antecipação de recebíveis	131.748	96.246
Financiamento - CDC	80.216	66.024
Outros créditos c/ características de concessão de crédito	5.788	4.934
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(32.033)	(28.856)

Total					185.719	138.348
Circulante					167.866	125.744
Realizável a longo prazo					17.853	12.604
Total					185.719	138.348
Tipo cliente	Emprést./antecip. recebíveis	Financiamento CDC	Outr. créd. c/característica de concessão crédito		Total 2017	Total 2016
Pessoas físicas	126.554	79.472	5.560		211.586	158.916
Pessoas jurídicas	5.194	744	228		6.166	8.288
Total da carteira	131.748	80.216	5.788		217.752	167.204
Total prov. p/ créd. liquid. duvidosa	(23.576)	(5.631)	(2.826)		(32.033)	(28.856)
Total líquido	108.172	74.585	2.962		185.719	138.348

b) Composição da carteira por vencimento: As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento das parcelas:

Vencimento	Emprést./antecip. recebíveis	Financiamento CDC	Outr. créd. c/característica de concessão crédito	Total 2017	Total 2016
Vencidos					
A partir de 15 dias	21.895	5.933	5.005	32.833	28.551
A Vencer					
Até 3 meses	57.980	33.712	783	92.475	70.157
De 3 a 12 meses	47.653	37.680	-	85.333	64.036
De 1 a 3 anos	4.207	2.890	-	7.097	4.458
Após 3 anos	13	1	-	14	2
Total da carteira	131.748	80.216	5.788	217.752	167.204
Provisão p/ créd. liquid. duvidosa - curto prazo	(8.278)	(1.647)	(16)	(9.941)	(8.449)
Provisão p/ créd. liquid. duvidosa - longo prazo	(15.298)	(3.984)	(2.810)	(22.092)	(20.407)
Total prov. p/ créd. liquid. duvidosa	(23.576)	(5.631)	(2.826)	(32.033)	(28.856)
Total líquido	108.172	74.585	2.962	185.719	138.348

c) Composição da carteira de operações de crédito:

Nível	Operações de crédito em 2017				Provisão em 2017	
	Emprést./antecip. recebíveis	Financiamento CDC	Outr. créd. c/característica de concessão crédito	Total	Mínima (Resolução nº 2.682/99)	Em R\$
A	78.283	66.441	684	145.408	0,5%	727
B	8.174	3.775	624	12.573	1,0%	126
C	6.489	1.894	512	8.895	3,0%	267
D	8.250	1.475	513	10.238	10%	1.024
E	7.047	1.261	519	8.827	30%	2.648
F	4.958	958	412	6.328	50%	3.164
G	3.523	710	452	4.685	70%	3.279
H	15.024	3.702	2.072	20.798	100%	20.798
Total	131.748	80.216	5.788	217.752		32.033

Nível	Operações de crédito em 2016				Provisão em 2016	
	Emprést./antecip. recebíveis	Financiamento CDC	Outr. créd. c/característica de concessão crédito	Total	Mínima (Resolução nº 2.682/99)	Em R\$
A	52.670	55.409	389	108.468	0,5%	542
B	5.068	3.070	589	8.727	1,0%	87
C	4.837	1.078	416	6.331	3,0%	190
D	6.234	905	391	7.530	10%	753
E	6.016	768	383	7.167	30%	2.150
F	4.105	710	369	5.184	50%	2.592
G	3.260	596	329	4.185	70%	2.930
H	14.056	3.488	2.068	19.612	100%	19.612
Total	96.246	66.024	4.934	167.204		28.856

Durante o exercício, os créditos renegociados totalizaram R\$ 25.775 (R\$ 27.602 em 2016), as baixas de créditos em atraso há mais de 360 dias totalizaram R\$ 30.536 (R\$ 34.536 em 2016) e as recuperações de créditos baixados para prejuízo (incluindo IOF sobre a operação) foram de R\$ 6.296 (R\$ 6.123 em 2016).

d) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

	2017	2016
Saldo inicial	28.856	31.718
Constituição/reversão provisão p/ créditos liquid. duvidosa	33.713	31.674
Créditos baixados contra prejuízo (a)	(30.536)	(34.536)
Saldo final	32.033	28.856

(a) Os créditos baixados contra prejuízos obedecem às práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3.d.

6. Outros créditos - Diversos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	56	36
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 16.a)	300	362
Créditos tributários de impostos e contribuições (a)	7.657	6.885
Devedores por depósitos em garantia (b)	3	-
Devedores diversos - País (c)	1.340	591
Despesas antecipadas com seguros	4	3
Total	9.360	7.877
Circulante	8.900	7.257
Realizável a longo prazo	460	620
Total	9.360	7.877

(a) Referem-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, registrados para refletir os efeitos futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e seu respectivo valor contábil. De acordo com a legislação vigente, foram atendidas todas as premissas necessárias para constituição e a manutenção dos créditos tributários. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 11.b. (b) O valor de devedores por depósitos em garantia refere-se a depósitos judiciais por interposição de recursos por exigências legais. (c) O valor de devedores diversos país refere-se a créditos a receber em D+2 das parcerias conveniadas e Seguro de Proteção Financeira a receber da Icatu Seguros S.A.

7. **Depósitos a prazo**: Os depósitos a prazo referem-se a RDBs (Recibos de Depósitos Bancários) que foram captadas a taxas que variam de 105% a 116% do Depósito Interfinanceiro (DI), sem restrição de resgate, e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos. A Financeira iniciou a captação no 1º semestre de 2017:

	2017	2016
A vencer até 3 meses	11	-
A vencer de 3 a 12 meses	140	-
A vencer de 1 a 3 anos	271	-
A vencer de 3 a 5 anos	727	-
Total	1.149	-
Circulante	151	-
Exigível em longo prazo	998	-
Total	1.149	-

8. **Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos**: Os recursos de aceites cambiais referem-se a Letras de Câmbio que foram captadas a taxas que variam de 105% a 115% do Depósito Interfinanceiro (DI), sem restrição de resgate, e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	2017	2016
A vencer até 3 meses	176	584
A vencer de 3 a 12 meses	47.960	46.552
A vencer de 1 a 3 anos	121.264	88.019
Total	169.400	135.155
Circulante	48.136	47.136
Exigível em longo prazo	121.264	88.019
Total	169.400	135.155

9. Outras obrigações - Diversas:

	2017	2016
Valores a pagar a sociedades ligadas (a)	2.134	2.412
Cretores diversos - País (b)	6.242	3.458
Provisão para pagamentos a efetuar (c)	555	511
Total	8.931	6.381

Circulante	7.706	-
Exigível em longo prazo	1.225	-
Total	8.931	-

(a) Refere-se a despesas administrativas a pagar (Nota Explicativa nº 16 (c) e valores a repassar com a sociedade ligada Verde Administradora de Cartões de Crédito S.A. e Lojas Quero-Quero S.A. (b) Referem-se a parcela de seguro proteção financeira, comissões diferidas sobre operações realizadas pelas conveniadas e contas a pagar decorrentes de resultados de parceria a pagar e operações de crédito realizadas no último dia do exercício pelas novas parceiras. O principal saldo no montante de R\$ 3.316 (R\$ 2.098 em 2016), refere-se à parcela de seguro de proteção financeira a ser repassada para a Icatu Seguros S.A. (c) O valor de provisão para pagamentos a efetuar refere-se a provisão de férias e encargos, gratificação semestral, participação nos resultados e assistência médica. **10. Patrimônio líquido:** Capital social: O capital social subscrito e integralizado está representado por 100.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal de acionistas domiciliados no País. Os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 5 de janeiro de 2016, o aumento de capital de R\$ 10.000,00 (dez milhões de reais), passando este para R\$ 33.288 (trinta e três milhões duzentos e oitenta e oito mil reais) sem emissão de novas ações, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. O respectivo aumento de capital foi aprovado em 18 de março de 2016 através do Ofício nº 4.463/2016 - BCB/Deorf/GTPAL Pt 1601612658. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Juros sobre capital próprio/dividendos: Conforme o parágrafo segundo, do art. 15, do estatuto, é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76. A Administração deliberou o pagamento da totalidade dos dividendos relativos ao exercício. Demonstração do cálculo dos dividendos:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	8.023	8.167
(-) Reserva legal	(401)	(294)
(-) Reserva estatutária	(2.013)	-
Base de cálculo dos dividendos	5.609	7.873
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	1.402	1.400
Juros sobre capital próprio (a)	-	2.272
Dividendos complementares distribuídos, aprovados em ata	4.207	4.201
Total de dividendos	5.609	7.873

(a) Valores sujeito à alíquota de 15% de imposto de renda na fonte. Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995 e nº 12.973/2014 e com o Estatuto Social da Companhia, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio. Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionado à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reserva de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor. Para atendimento à legislação do imposto de renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi registrado em conta de Despesas de Juros sobre o Capital Próprio, e, para fins de elaboração destas demonstrações financeiras, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Não houve pagamento de Juros sobre Capital Próprio no exercício de 2017. **11. Imposto de renda e contribuição social:** Demonstramos, abaixo, a apuração do imposto de renda e da contribuição social para o semestre em 31 de dezembro de 2017 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

a) Imposto de renda e contribuição social correntes:

	2º semestre	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.491	14.397	12.832
Juros sobre o capital próprio	-	-	(2.272)
Efeito das adições e das exclusões no cálculo dos tributos	1.361	1.855	2.297
Diferenças temporárias de provisões	20.583	38.436	37.607
(-) Exclusões por perdas fiscais	(19.292)	(36.722)	(35.430)
Adições permanentes	70	141	120
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	8.852	16.252	12.857
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(3.880)	(7.145)	(5.645)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 31 de dezembro, o ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias está registrado no grupo "Outros créditos" e é assim representado:

	2017	2016
Apuração:		
Diferenças temporárias		
Saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa não dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social	17.015	15.301
Crédito tributário líquido constituído/(revertido) no exercício - Imposto de renda - 25 %	4.254	3.825
Crédito tributário líquido constituído/(revertido) no exercício - Contribuição social - 20% (15% de janeiro a agosto de 2015)	3.403	3.060
Crédito tributário de impostos e contribuições	7.657	6.885
Ativo circulante (classificado em "Outros créditos")	7.201	6.268
Realizável a longo prazo (classificado em "Outros créditos")	456	617
Crédito tributário de impostos e contribuições	7.657	6.885

Movimentação:

	2017	2016
Saldo inicial crédito tributário diferido	6.885	5.906
Créd. tributário liq. constituído/(revertido) exercício		
Imposto de renda	429	544
Contribuição social	343	435
Saldo final crédito tributário diferido	7.657	6.885
% sobre o patrimônio líquido	20,48	19,69
Saldo final crédito tributário diferido	7.657	6.885

Realização: Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa não dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social	17.015	15.301
Crédito tributário líquido constituído/(revertido) no exercício - Imposto de renda - 25 %	4.254	3.825
Crédito tributário líquido constituído/(revertido) no exercício - Contribuição social - 20% (15% de janeiro a agosto de 2015)	3.403	3.060
Crédito tributário de impostos e contribuições	7.657	6.885
Ativo circulante (classificado em "Outros créditos")	7.201	6.268
Realizável a longo prazo (classificado em "Outros créditos")	456	617
Crédito tributário de impostos e contribuições	7.657	6.885

Valor presente dos créditos tributários: De acordo com o estabelecido no inciso V do art. 3º da Circular nº 3.171 emitida pelo Banco Central do Brasil, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação de 11,50% a.a., está representado por R\$ 4.222 (R\$ 3.711 em 2016) referentes ao imposto de renda e R\$ 3.377 (R\$ 2.969 em 2016) referentes à contribuição social.

12. Receita de operações de crédito:

	2º sem.	2017	2016
Receita com juros contratuais	78.422	139.263	111.738
Receita com juros de mora e multa	10.573	19.910	19.832
Descontos de juros contratuais, juro de mora e multa	(14.209)	(26.020)	(23.161)
Receita com recuperação de crédito (a)	3.030	6.226	6.076
Total	77.816	139.379	114.485

(a) Valor está apresentado líquido de IOF retido sobre a recuperação.

13. Receita de prestação de serviços: Refere-se, basicamente, a comissões de intermediação de operações de seguro prestamista e tarifas de operações do cartão de crédito, conforme composição abaixo:

	2º sem.	2017	2016
Receita com comissões sobre vendas de seguros	1.644	2.929	2.364
Tarifas de antecipação de recebíveis e de cobrança	206	408	446
Receita de serviços prioritários (a)	3.359	5.829	3.673
Total	5.209	9.166	6.483

(a) Refere-se à tarifa sobre serviços de confecção de cadastro e tarifas aplicáveis aos cartões.

14. Outras despesas administrativas:

	2º semestre	2017	2016
Despesas de serviços de terceiros (a)	37.993	63.117	41.956
Despesas com serviços técnicos especializados	1.590	3.162	2.790
Despesas com processamento de dados	1.466	2.866	2.456
Despesas com viagens	214	553	874
Despesas com propaganda e publicidade	599	1.156	610
Despesas de comunicações	274	550	304
Outras despesas	1.489	2.672	1.845
Total	43.625	74.076	50.835

(a) Em 31 de dezembro de 2017, do montante de R\$ 63.118 (R\$ 41.956 em 2016) da conta de despesas de serviço de terceiros, R\$ 49.701 (R\$ 36.148 em 2016) referem-se a custos de transações realizadas com partes relacionadas, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 16.c.

15. Despesas tributárias:

	Alíquota	2º semestre	2017	2016
Programa de Integração Social (PIS)	0,65%	473	832	648
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4,00%	2.944	5.152	3.986
Imposto Sobre Serviços (ISS)	2,00%	104	183	129
Imposto s/ propriedade de veículos automotores (IPVA)		4	7	-
Total		3.525	6.174	4.763

16. Transações com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado, relativas a operações de captações com partes relacionadas, realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos e volume de operações ou de prestação de serviços de acordo com as condições estabelecidas em contrato entre as partes, e para operações de crédito em condições específicas, considerando o volume das operações e os prazos de pagamentos, são os seguintes:

	2017					
	Lojas Quero-	Verde Adm. de Cartões de Crédito	Agrop. Sentinelas das Coxilhas S.A.	Via Certa Participações S.A.	Pessoas físicas	Total

	Quero S.A.	S.A.				
Ativo						
Valores a receber (a)	33	267	-	-	-	300
(Passivo)						
Recursos de aceites cambiais (b)	-	-	(531)	(3.834)	(130.637)	(135.002)
Despesas administr. a pagar (c)	(1.707)	(427)	-	-	-	(2.134)
Resultado						
Recursos de aceites cambiais (b)	-	-	(374)	(340)	(12.591)	(13.305)
Rec. seguro proteção financeira	488	-	-	-	-	488
Despesas administrativas (c)	(31.682)	(4.490)	-	-	-	(36.172)
	Luar Partic. Invest. e Serv. S.A.	Hammerschmitt & Cia. Ltda.	Scholze Partic. S.A.	Scholze Incorp. & Empr. Imobil. Ltda.	Hammer Partic. S.A.	Total
(Passivo)						
Recursos de aceites cambiais (b)	(3.160)	(28)	(1.741)	(9.270)	(5.692)	(19.891)
Resultado						
Recursos de aceites cambiais (b)	(337)	(1)	(48)	(947)	(658)	(1.991)
	Fácil Prom. de Vendas e Serv. S.A.	Total				
(Passivo)						
Recursos de aceites cambiais (b)	(4.686)	(4.686)				
Despesas administr. a pagar (c)	(373)	(373)				
Resultado						
Recursos de aceites cambiais (b)	(106)	(106)				
Despesas administrativas (c)	(16.126)	(16.126)				
2016						
	Lojas Quero-Quero S.A.	Verde Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Agrop. Sentinela das Coxilhas S.A.	Via Certa Participações S.A.	Pessoas físicas	Total
Ativo						
Valores a receber (a)	46	316	-	-	-	362
Operações de crédito	-	-	-	-	7	7
(Passivo)						
Recursos de aceites cambiais (b)	-	-	(6.173)	(2.964)	(101.030)	(110.167)
Despesas administr. a pagar (c)	(1.929)	(483)	-	-	-	(2.412)
Resultado						
Recursos de aceites cambiais (b)	-	-	(364)	(312)	(15.660)	(16.336)
Rec. seguro proteção financeira	529	-	-	-	-	529
Despesas administrativas (c)	(31.576)	(4.572)	-	-	-	(36.148)
Receita operações de crédito	-	-	-	-	5	5
	Luar Partic. Invest. e Serv. S.A.	Hammerschmitt & Cia. Ltda.	Scholze Partic. S.A.	Scholze Incorp. & Empr. Imobil. Ltda.	Hammer Partic. S.A.	Total
(Passivo)						
Recursos de aceites cambiais (b)	(3.133)	(11)	(220)	(8.195)	(5.861)	(17.420)
Resultado						
Recursos de aceites cambiais (b)	(440)	(1)	(59)	(1.108)	(443)	(2.051)
	Fácil Prom. de Vendas e Serv. S.A.	Total				
(Passivo)						
Recursos de aceites cambiais (b)	(491)	(491)				
Resultado						
Recursos de aceites cambiais (b)	(17)	(17)				

(a) Valores a receber referentes a liquidações de operações de crédito do último dia do exercício a ser repassadas em D+1 e Seguros de Proteção Financeira. (b) Captações através de recursos de aceites cambiais são remuneradas a taxas que variam de 105% a 115% do CDI em 2017 e 2016. (c) Despesas administrativas a pagar referem-se às obrigações pelos serviços prestados na administração de cadastro, cobrança, utilização de sistemas informatizados e arquivo de documentos relacionados às operações de crédito concedidas aos clientes da Financeira com as Lojas Quero-Quero S.A. oriundas do contrato de parceria celebrado entre as partes, com vigência até 5 de outubro de 2020, em que a utilização de base de clientes, canais e infraestrutura operacional para exploração de produtos financeiros é remunerada com base em percentual calculado sobre os resultados obtidos e ressarcimento de custos efetivos na utilização de recursos pela Financeira. **Remuneração dos administradores:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os benefícios proporcionados pela Financeira na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus Administradores, estavam assim compostos:

	2017		2016
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Remuneração	408	756	686
Encargos sociais	92	173	154
Total	500	929	840

Não existem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. Conforme Legislação vigente, não foram concedidos empréstimos ou adiantamentos para: (i) diretores e membros do Conselho, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau; (ii) pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10% (dez por cento), salvo autorização específica do Banco Central do Brasil, em cada caso, quando se tratar de operações lastreadas por efeitos comerciais resultantes de transações de compra e venda ou penhor de mercadorias, em limites que forem fixados pelo CMN, em caráter geral; (iii) pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento); (iv) pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento) quaisquer dos diretores ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até segundo grau. **17. Contingências:** O valor das contingências possíveis não provisionadas contra a Financeira totaliza, em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 1.755, referente a processos cíveis e tributários (R\$ 444 em 2016). **18. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:** Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez, abaixo definidos: a) **Gestão de risco operacional:** em atendimento à Resolução nº 3.380/06 do Banco Central do Brasil, a Financeira estabeleceu uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais responsável pela identificação, pela avaliação, pelo monitoramento, pelo controle e pela mitigação dos seus riscos. Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos, identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada à sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede da Financeira. b) **Risco de mercado:** em consonância com o que prevê a Resolução nº 3.464/07 do CMN, a Financeira implementou uma estrutura para gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado. c) **Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para a Financeira, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados. A Financeira entende que o risco de crédito em sua carteira se encontra mantido em níveis aceitáveis de exposição e possui condições de gerenciamento que mitigue exposições, atendendo, assim, a Resolução CMN nº 3.721/2009. d) **Gerenciamento de capital:** a estrutura para gerenciamento de capital da Financeira está definida com base na Resolução CMN nº 3.988/2011 e prevê procedimentos para apuração de Patrimônio de Referência Exigido, Patrimônio de Referência, Índice de Basileia, limites mínimos, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação de capital. e) **Risco de liquidez:** relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Financeira em obter recursos para honrar seus compromissos. O gerenciamento desses riscos é efetuado através de controles que permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Administração, e não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem hedge de suas posições ativas e passivas. A Administração considera como aceitável sua exposição aos riscos descritos acima em 31 de dezembro de 2017 e não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos, tampouco efetuou cessões de crédito no período divulgado. **19. Limite operacional**

(Acordo da Basileia): Em 31 de dezembro de 2017, a Financeira encontra-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 10,77%, a Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 3.444/07 e nº 3.490/07 do CMN e demais normativos complementares. Ainda, possui capital mínimo requerido pelo Bacen, conforme Resolução nº 2.697/99. a) Cálculo do Índice de Basileia:

Demonstrativo das exigibilidades de capital e do índice de Basileia

	2017	2016
Patrimônio líquido	37.379	34.965
B - Patrimônio de referência para fins de limites operacionais	37.379	34.965
Alocação de capital:	17.667	14.924
1 - Risco de crédito (RWACPAD)	-	-
2 - Risco de mercado (RWAMPAD)	14.426	13.048
3 - Risco operacional (RWAOPAD)	32.093	27.972
C - Patrimônio de Referência Exigido (1+2+3)	456	346
D - Alocação de capital para cobertura de risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação	4.830	6.647
E - Valor da margem ("B"-("C"+"D"))	4.337	1.770
F - Adicional de Capital Principal	494	4.877
G - Margem sobre o Adicional de Capital ("E"-F)	32.549	28.318
H - Patrimônio de Referência Requerido para RWA e para RBAN	346.949	283.261
I - Total das exposições ponderadas pelo risco: ("C"/Fator F)	52.222	67.316
J - Capacidade de alavancagem: : ("E"/Fator F)	10,77%	12,34%
K - Índice de Basileia: ("B"/("C"/Fator F))	10,76%	12,33%
L - Índice de Basileia amplo: : ("B"/(("C"/Fator F)+"D"))		

b) **Limites operacionais:** O Banco Central estabeleceu, conforme Circular nº 3.686/2013, os procedimentos para apuração dos limites e dos padrões mínimos regulamentares. Em 31 de dezembro de 2017, as posições da Instituição e as exigências normativas para os limites já regulamentados pelo órgão estão demonstradas a seguir:

Limites regulamentados	Exigência (exigência/limite)	Situação	Margem	
31/12/2017	Compatibilização do PR com PRE	32.093	37.379	14,14%
	Imobilização	18.690	6.002	33,94%
31/12/2016	Compatibilização do PR com PRE	27.972	34.965	20,00%
	Imobilização	17.483	917	47,83%

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Santo Cristo - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de à Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição; Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional; Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 27 de março de 2018.



KPMG Auditores Independentes, CRC SP-014428/F-7; Cristiano Jardim Seguecio, Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS.